

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

A posição do Consumidor
sobre a prisão de
Marcelo Buzzeto

*

Professores entram
em greve contra
previdência estadual

ACORDO ASSINADO

*Professores e funcionários já têm novos
direitos dentro da universidade*



TIAGO PACHECO/ACIPUC

Representantes da Reitoria, Fundação São Paulo e APROPUC assinam o novo texto de Acordo Interno

Na semana passada, em duas cerimônias distintas, professores e funcionários administrativos assinaram em conjunto com a Fundação São Paulo e a Reitoria seus novos Acordos Internos de trabalho. As negociações vinham se arrastando desde abril de 2006, quando Fundação e Reitoria denunciaram os textos que vigoravam até então, alegando que a crise financeira da universidade não permitia o cumprimento daquelas cláusulas.

Os novos acordos têm validade de um ano e, segundo o que ficou estabelecido com a Fundação São Paulo, as cláusulas que retiraram direitos dos funcionários serão revistas nos próximas negociações, que a AFAPUC pretende retomar o mais breve possível. A APROPUC também espera reiniciar o processo de negociação brevemente.

Os novos textos procuraram situar-se um pouco além das convenções coletivas hoje em vigor. A AFAPUC deverá disponibilizar o

texto em sua página na Internet (www.afapuc.org.br). A íntegra do acordo dos professores já está na página www.apropucsp.org.br. A APROPUC também vai disponibilizar uma publicação impressa com a íntegra do texto. Os professores interessados poderão retirá-la na sede da entidade (Rua Bartira, 407).

Reajustes

A APROPUC agendou nova reunião com a Fundação São Paulo para discutir os atrasos salariais, referentes a dissídios não cumpridos pela universidade e também à aplicação do reajuste de 2007. O Sinpro-SP assinou um acordo salarial com as entidades mantenedoras que prevê reajuste de 3,5% sobre os salários de abril/2007 e mais 0,5% a partir de agosto/2007.

Os funcionários também terão um reajuste de 4%, 3,5% em maio e 0,5% em agosto.

Falta experimentar a ruptura e o socialismo

Pensem bem: o Brasil não está conseguindo estruturar uma sociedade mais justa e nem melhorar as condições de vida da maioria. Os programas assistenciais amenizam os problemas, mas não os resolvem definitivamente. A exclusão aumentou nas últimas décadas, a situação da moradia ficou ainda mais precarizada, muita gente vive nas ruas e a violência toma conta das cidades. O desemprego não cede, os salários foram achatados, exige-se mais trabalho por menor remuneração, a juventude está sem perspectiva, milhões buscam asilo no exterior.

O discurso dominante – aquele que é pregado pelas elites, reproduzido pela mídia e assimilado pelo povo, especialmente pelas classes médias – procura contornar com a situação, especialmente com o ritmo como as coisas andam. Insiste em dizer que as coisas são assim mesmo, que o avanço é lento, bem devagar, que o atraso é secular, exige a paciência de todos, já que não dá para mudar tudo de uma hora para outra e de repente.

Vale lembrar que esse discurso não é novo, vem de longa data, sempre com o mesmo apelo geral de que a construção de um Brasil melhor e mais justo está sendo feita paulatinamente, com as leis em vigor, com a ação do Estado, com os poderes da República, com aqueles que comandam o País pela economia e pela política. Honestamente, pensem bem, a situação geral da maioria e as condições de vida estão mesmo melhorando?

A trajetória histórica do País mostra que experimentamos vários sistemas e modelos políticos e econômicos desde a chegada dos portugueses em 1500. O Brasil foi colônia de Portugal, foi Império, teve a República Velha das oligarquias, teve a ditadura civil de Getúlio Vargas, teve o desenvolvimentismo, o populismo liberal-burguês, a Ditadura Militar, o populismo oligárquico de Sarney (Arena, PDS, PMDB), o neoliberalismo acadêmico de Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL) e o social-liberalismo de Lula, do PT e amplo leque de alianças com o conservadorismo.

O espectro revela que o Brasil tentou de quase tudo – em termos de sistemas e modelos – para se estruturar enquanto Nação, do mais cruel colonialismo até o mais popular partido de esquerda que a sociedade conseguiu produzir em cinco séculos de história. No entanto, o País continua patinando no fracasso, não apenas do índice de crescimento econômico, mas, principalmente, no enfrentamento das questões sociais, na redistribuição da renda e da riqueza, na promoção da justiça, na afirmação da independência e da soberania nas relações internacionais.

Pior: nenhum sistema e nenhum modelo adotado até agora conseguiram romper com a estrutura que insiste em manter o Brasil na desigualdade e na pobreza. Nenhuma das forças políticas que governaram o País – da ultradireita ao centro-esquerda, em mais de cem anos de República, nos marcos do capitalismo – conseguiu desmontar esse projeto de dominação controlado pelas elites nacionais em aliança com o poder econômico internacional. O que temos é a continuidade de uma situação praticamente inalterada ao longo do tempo, na qual uma minoria privilegiada usufrui para si mesma, ou entrega para seus aliados, o que retira da grande maioria do povo brasileiro.

A mudança de tal situação – visando a melhoria das condições de vida da maioria – implica obrigatoriamente o rompimento desse sistema perverso, a ruptura com as forças dominantes, de tal forma que se possa construir outra estrutura que não represente a rendição, conciliação ou aliança com quem controla o sistema atual. Chega de continuidade. Falta o Brasil experimentar – se quiser mesmo sair desse fosso secular em que foi enfiado – outro sistema bem diferente, socialista, que priorize o ser humano e o cidadão, que estabeleça padrões universais de igualdade e de justiça, que avance nos direitos e nas liberdades democráticas para todos.

O presente depende apenas de nós. Vamos à luta!

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*



Manifestantes param a rodovia Castello Branco

JULIA CHEQUER

ABRIL VERMELHO

MTST bloqueia três rodovias em São Paulo

Na última semana do Abril Vermelho, a cidade de São Paulo presenciou a força dos movimentos sociais. No dia 25/4, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) organizou três bloqueios simultâneos nas rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt, em direção à capital.

O movimento protestava por uma resposta do poder público quanto à iminência de despejo das cerca de 3.000 famílias do acampamento João Cândido, que em março ocuparam uma área abandonada da Sociedade Itapecerica Golf, em Itapecerica da Serra. O prazo dado pela Justiça para as famílias deixarem o terreno termina no dia 7/5.

As ações ocorreram durante o período da manhã. Cada rodovia permaneceu bloqueada por cerca de 1h30. A forte repressão ao movimento pelas polícias Militar e Rodoviária foi instantânea. Na Castello Branco, por exemplo, antes que a ação completasse seus primeiros cinco minutos, nuvens de gás lacrimogêneo já envolviam a manifestação, a fim de dispersá-la. Quatro pessoas tiveram ferimentos causados pelos estilhaços das bombas de gás e balas de borracha.

Na Raposo Tavares, uma Blazer preta furou o bloqueio e passou atirando contra os manifestantes. Três trabalhadores foram feridos por tiros nas pernas.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira

Fotografia: Fábio Nassif e Júlia Chequer

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Consun manifesta preocupação quanto à prisão de Marcelo Buzzeto

Os membros do Conselho Universitário (Consun), reunidos na quarta-feira, 25/4, decidiram manifestar sua preocupação quanto à situação em que se encontra Marcelo Buzzeto, doutorando da PUC-SP e professor da Fundação Santo André. Ele está preso desde 19/01/2007, por participar de uma manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Porto Feliz (SP).

O pedido de posicionamento do conselho foi feito pelo representante dos alunos de Pós-graduação, Eric Calderoni, que leu uma carta do professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, relatando a situação em que hoje se encontra Marcelo (veja a íntegra do documento na página ao lado).

Não foi uma decisão fácil. O professor Dirceu de Mello, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, que já havia pedido para averiguar melhor os fatos, afirmou que Marcelo foi condenado sob graves acusações e que ele, enquanto conselheiro, não aprovaria uma solidariedade ao aluno.

“Defender Marcelo é defender aqueles que sempre estiveram ao lado dos movimentos sociais”, rebateu a professora Madalena Peixoto. Para ela, as acusações que recaem sobre Marcelo representam uma criminalização desses movimentos.

Nessa mesma linha a professora Ana Bock, da Faculdade de Psicologia, ressaltou que a PUC-SP tem uma história de não se

calar diante de decisões equivocadas da Justiça. “Paz sem voz não é paz, é medo”, citou.

Em resposta, o professor Dirceu relatou já ter enfrentado a Justiça defendendo questões sociais, como em 1977, quando seu posicionamento diante da invasão do coronel Erasmo Dias provocou sua citação ao Serviço Nacional de Informações.

Depois de uma exaustiva discussão, o conselho deliberou pela manifestação de preocupação. Também foi aprovado um pedido para que a Reitoria mantenha-se informada junto à Justiça sobre a situação de Marcelo.

Vestibular com novo formato

Outro ponto da pauta, aprovado com mais tranquilidade, foi a reformulação do Vestibular. Pela nova formatação, a prova será realizada somente em um domingo, e não mais em dois, como vinha acontecendo até este ano. A distribuição das questões será adaptada ao novo formato. A decisão reflete uma preocupação com o deslocamento dos candidatos e com o custo da prova, que agora deve baixar. A partir do próximo processo seletivo, será levado em conta também o desempenho do candidato no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

As alterações já serão aplicadas no chamado Vestibular de Inverno, para o qual foram aprovadas,

na mesma reunião, cerca de 1.300 vagas, incluindo-se os cursos no novo câmpus de Barueri. A discussão sobre as 5.085 vagas para o Vestibular de Verão deverá retornar ao Consun em agosto, quando espera-se que a universidade tenha um quadro completo da ocupação de vagas no Vestibular de Inverno.

Outros assuntos

Depois de aprovar o regimento do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, o Consun vetou a composição do Conselho Departamental da Faculdade de Psicologia. Na reunião anterior, os conselheiros haviam estipulado a configuração que cada Conselho Departamental deveria ter. O da Psicologia tinha uma composição diferenciada. Seguindo o parecer negativo do relator, professor Dirceu de Mello, a unidade deverá seguir, a partir da próxima eleição, a representação comum a todas as faculdades da PUC-SP.

Na sessão de informes a reitora Maura Vêras esclareceu que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) liberou R\$ 19 milhões à PUC-SP, de um total de R\$ 46 milhões destinados à renegociação da dívida da universidade. O restante depende ainda de documentação específica do câmpus Sorocaba. O dinheiro já foi repassado aos bancos Real e Bradesco, com os quais a PUC-SP contraiu empréstimos.

Um histórico da prisão de Marcelo Buzetto

O professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, do Departamento de Política da PUC-SP, enviou o texto abaixo à reunião ordinária do Conselho Universitário de 25/4, para que o Conselho se posicionasse a respeito da prisão de Marcelo Buzetto

Em 28/05/99, Marcelo Buzetto foi à cidade de Porto Feliz/SP visitar um acampamento de trabalhadores sem terra, onde coordenava um projeto para implementar uma escola do campo, e coletava informações para sua pesquisa.

Neste mesmo 28 de maio, após dias sem alimento e o não cumprimento de envio de cestas-básicas para o acampamento, e havendo já famílias passando fome, os trabalhadores rurais decidiram se apropriar dos mantimentos (macarrão e carne) que eram transportados em dois caminhões.

Ao sair do acampamento, Marcelo e outros trabalhadores foram presos numa rodovia, acusados de participar da manifestação, em que trabalhadores famintos se apropriaram da carga dos dois caminhões.

Na delegacia, Marcelo interpelou as autoridades sobre o tratamento dado a uma idosa, que se encontrava algemada a uma grade. Como resultado, Marcelo foi, dentre os detidos, o único "reconhecido" por uma testemunha de acusação. Foi preso preventivamente, por 28 dias, sem qualquer amparo legal, haja vista ter emprego e residência fixa, além de bons antecedentes. Dentre todos os presos, sob acusação do saque, Marcelo foi o único indiciado.

Aton Fon Filho, advogado da Rede Nacional de Advogados Populares (Renap), e o Reverendo Luiz, da Igreja Metodista, afirmam que Marcelo, durante o ocorrido, estava no acampamento, não tendo, portanto, participado desta ação. No entanto, Marcelo foi condenado por roubo e receptação dos alimentos. Por decisão do Poder Judiciário, obteve o direito de aguardar o julgamento em liberdade.

Contrariando o conjunto das provas colhidas nos autos, Marcelo foi condenado à pena de seis anos e quatro meses de reclusão. A sanção a ele imposta devia, nos termos da sentença, ser cumprida no regime semi-aberto. Foi-lhe deferido o direito de iniciar o cumprimento da pena no regime aberto, até o surgimento de vaga no regime inicial determinado na sentença.

Embora Marcelo tenha iniciado o cumprimento da pena, o seu processo não *transitou em julgado*, ou seja, há ainda um recurso em análise no Supremo Tribunal Federal. Deste modo, segundo a lei, somente depois de ocorrerem todos os julgamentos possíveis em todas as instâncias cabíveis é que Marcelo Buzetto deveria iniciar o cumprimento da pena.

O Dr. Aton Fon Filho relata que o réu, quando condenado à prisão em regime semi-aberto, tem o

direito constitucional de aguardar o julgamento de todos os recursos em liberdade. "Os sócios da construtora Incal, condenados em primeira e segunda instância pelo STF, foram beneficiados por habeas corpus; o Coronel Pantoja, que liderou o massacre de Eldorado de Carajás, também o foi. O Marcelo, não", contesta o advogado.

Em 19/01/07, ou seja, há cerca de noventa dias, Marcelo compareceu, como determinado pela Justiça, ao fórum de São Bernardo do Campo, no cumprimento das condições impostas para o regime aberto, quando foi detido e encaminhado ao Centro de Progressão de São Miguel Paulista, em São Paulo. Está hoje numa cela com outros 18 presos, sem direito à saída para o estudo ou trabalho, mais de seis anos depois de ter conquistado o direito da liberdade, e sem motivo algum que justifique uma medida tão extrema como essa reclusão repentina.

Observe-se que a Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário adotam o princípio da presunção de inocência, reconhecendo que ninguém pode ser considerado culpado sem que haja concluído o processo criminal, bem assim o direito à prisão especial aos diplomados em ensino superior, enquanto aguardam a conclusão do processo.

Observe-se também que, apesar de sua condenação ser no regime semi-aberto, Marcelo ficou dois meses no regime fechado.

Marcelo divide uma cela de 4m x 3m com outros 18 presos.

Marcelo Buzetto é membro da Direção Estadual do MST-SP, professor universitário, leciona em duas universidades do ABC Paulista, faz doutorado junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, é pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, sediado nesta universidade, e membrô da diretoria do Sindicato dos Professores do ABC (Sinpro-ABC).

A melhor maneira de homenagearmos Paulo Freire, Maurício Tragtenberg, Octávio Ianni, Florestan Fernandes e tantos outros estudiosos que dignificaram as Ciências Humanas dentro e fora do Brasil (PUC-SP inclusa) é manifestarmos nosso total repúdio ao festival de arbitrariedades que têm sido impostas a Marcelo Buzetto.

Defender a liberdade deste pesquisador, que também é um ativista social, é defender a democracia e a liberdade de expressão, sem as quais a produção de conhecimento se transforma em mera sofisticação da defesa do *status quo*.

Professores estaduais entram em greve nesta sexta-feira



Professores aprovam greve durante manifestação

Os professores do Estado de São Paulo, organizados na Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) voltaram a ocupar as ruas da cidade. Se na semana anterior um ato público havia reunido mais de 5 mil pessoas, os organizadores estimam que o da quarta-feira, 25/4, aglutinou cerca de 20 mil.

O percurso foi o oposto da semana anterior: a manifestação começou na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde aconteceu a assembléia, e depois seguiu para a Av. Paulista.

Os professores protestaram exigindo a retirada do Projeto de Lei 30/05, que cria a SPPREV (São Paulo Previdência) – entidade gestora do sistema previdenciário estadual. A medida transfere a gestão da aposentadoria dos docentes para o INSS, o que significará quedas substanciais no seu valor e perda de estabilidade. Os professores ainda reivindicam melhores condições de trabalho, fim da aprovação automática, reajuste salarial imediato, piso do Dieese (R\$ 1.620,89 em março), incorporação das gratificações com

extensão aos aposentados, garantia de emprego com estabilidade a todos os professores, máximo de 35 alunos por sala e um novo Plano de Carreira.

Greve

A assembléia realizada na semana passada, aprovou por grande maioria uma greve contra o SPPREV e pelo atendimento das reivindicações. A paralisação começará no dia 4/5, com um ato em frente à Assembléia Legislativa, a partir das 14h.

Foram aprovadas também diversas propostas de mobilização, incluindo protestos regionais em cada sub-sede da Assembléia, como forma de pressionar os parlamentares. Também serão marcadas reuniões com pais e alunos para explicar a situação que levou à paralisação dos professores. A Apeoesp avisa que estará em estado de alerta caso o governador encaminhe o projeto para votação. Neste caso, a greve será antecipada.

RECOMEÇO

Unimep elege novos diretores e coordenadores de curso

As aulas recomeçaram na semana passada na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Conforme o acordo firmado entre os professores e a Reitoria, todos os demitidos foram recontratados. Além disso, várias unidades marcaram assembléias para decidir sobre o processo de escolha de novos coordenadores e diretores de faculdade. Anteriormente, o reitor havia nomeado para estes cargos professores que nem sempre correspondiam à

indicação da comunidade.

O calendário escolar foi alterado, e as aulas deverão estender-se até o início do mês de agosto, quando começarão as férias, entre os dias 3 e 12. Os professores da Unimep paralisaram as suas atividades por 35 dias, reivindicando a readmissão de todos os 148 colegas arbitrariamente dispensados. Após a assinatura de um acordo, que previa a reintegração dos docentes e uma redução salarial, as aulas voltaram à normalidade.

Rola na rampa

Divulgadas as datas das eleições internas

A Reitoria da PUC-SP acaba de divulgar a Resolução 05/2007, que disciplina o processo eleitoral para a escolha dos Chefes de Departamentos, Coordenadores Didáticos dos Cursos de Graduação, Coordenadores de Programas de Pós-Graduações e dos representantes discentes e docentes nos órgãos colegiados. As inscrições serão realizadas de 14 a 18/5 e a votação ocorrerá de

18 a 22/6. Além das chefias e coordenações, os professores poderão candidatar-se individualmente ou por chapas para o Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), Conselhos de Centro e Conselhos Departamentais. Os estudantes votam para a Coordenação do Curso e podem indicar representantes para os Conselhos Departamentais e para o Conselho de Centro.

Alunos terão atendimento centralizado

A Reitoria anunciou, na semana passada, a criação de uma secretaria única para viabilizar um atendimento centralizado aos alunos, onde o tempo de espera seja reduzido. A nova secretaria, que em princípio contará com cerca de 40 funcionários, é o resultado de estudos feitos pelo Grupo de Trabalho de Reestruturação da Administração Escolar. O atendimento centralizado funcionará no espaço onde está hoje localizado o Bradesco, já a partir do próximo semestre. A Divisão de Recursos Humanos realizará um treinamento com os funcionários que trabalharão no setor. Na próxima edição, o *PUCviva* informará mais detalhes sobre o projeto.

Aposentados podem sacar o FGTS

Os aposentados que continuam trabalhando na mesma empresa podem sacar o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço acumulado desde a concessão da aposentadoria, além do valor do FGTS depositado mensalmente. Essa nova regra foi divulgada em circular da Caixa Econômica Federal. Não têm direito aos saques os trabalhadores aposentados que se mantiveram na ativa, mas tiveram alteração do vínculo empregatício, como, por exemplo, o professor que se aposentou e continuou lecionando, mas em outra escola.

Aula magna homenageia Bento Prado

O Departamento de Filosofia e o programa de pós-graduação homônimo realizarão uma Aula Magna em homenagem ao professor Bento Prado Jr., dia 2/5 às 19h30, no Tucarena. O evento contará com uma mesa redonda com os professores José Arthur Gianotti, Carlos Arthur do Nascimento e Salma Tanus Muchail.

Três espetáculos em cartaz no Tuca

Aldeotas, *Labirinto D'Água* e o infantil *Bichos do Brasil* são os três espetáculos em cartaz neste mês no Tuca. Os ingressos variam de R\$ 10 a R\$ 50. Também estrearão as peças *Primeiro Amor*, *Anatomia do Desejo* e *Inimigo do Povo*. Para estas, os ingressos vão de R\$ 10 a R\$ 30. Para todo o mês, também estão programados diversos eventos acadêmicos. Informações: www.teatrotuca.com.br ou telefone 3670-8462.



ROSANGELA SANSON

Funcionária submete-se ao teste de visão no Câmpus Monte Alegre

Confira a agenda da Sipat

A Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) traz nesta semana ao câmpus Monte Alegre profissionais do Laboratório Astra Zeneca, para aferição da pressão arterial da comunidade. No câmpus Marquês de Paranaguá, o mesmo serviço

será realizado pelas funcionárias da Enfermaria, e haverá um mural sobre DST/AIDS. Na Dercid, será realizada uma oficina de utilização de extintores de incêndio. Também haverá uma atividade conjunta dos câmpus de São Paulo para o encerramento da Sipat.